

SESSÕES DO PLENÁRIO

33ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 29 de abril de 2024.

**PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES
(PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE)**

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Fabíola Mansur, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Maria del Carmen, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Robinho, Robinson Almeida, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo e Zé Raimundo Fontes. (45)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter, ao Plenário, as atas das sessões ordinárias: 31ª e 32ª, realizadas, respectivamente, em 23 e 24 de abril de 2024; da 5ª sessão extraordinária, realizada em 24 de abril de 2024; e do Termo de Abertura, realizado em 25 de abril de 2024.

Em discussão as atas e o Termo de Abertura que acabam de ser lidos. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que aprovam as atas e o termo lidos permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovados.

Pequeno Expediente. (Oradores inscritos.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra à nobre deputada Olívia Santana pelo tempo de até 5 minutos, no Pequeno Expediente.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputadas e deputados, estamos com dois presidentes, hoje, no Plenário, o nosso querido deputado Zé

Raimundo e o presidente Adolfo Menezes, que volta a esta Casa. Quero saudar, portanto, todos os colegas e trabalhadoras e trabalhadores.

Saúdo também de maneira muito especial, o segmento da imprensa. Saúdo o nosso querido Levi Vasconcelos, que cobre esta Casa, que está aniversariando no dia de hoje. Desejo-lhe muita saúde e longa vida. Agradeço o trabalho que realiza ao longo da sua vida, pois sempre tem se pautado pelos princípios da qualidade da informação, pela democracia e pelo direito do povo acessar informações que ampliam, portanto, o universo do conhecimento sobre as situações políticas da Bahia e do Brasil.

Quero também, Sr. Presidente, destacar e, mais uma vez, convidar todos a participarem da grande Bienal do Livro Bahia 2024, que está acontecendo no Centro de Convenções. Tive a alegria e a felicidade de participar da abertura representando esta Casa e a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público. Participei também, posteriormente, como escritora, de uma roda de conversa bonita e concorrida sobre o livro *Mulher Preta na Política*.

Este ano é, inclusive, ainda mais intenso, deputado Zé Raimundo, porque é ano eleitoral. A gente faz um apelo, de fato, pelo fortalecimento das candidaturas de mulheres e de mulheres negras. Precisamos ampliar as presenças das mulheres nas câmaras de vereadores e, também, nas prefeituras.

A Bahia tem 417 municípios, e nós só temos, infelizmente, 54 mulheres ocupando o comando de prefeituras em nosso estado. Isso, realmente, é uma aberração! Isso é uma deformação da democracia! Nós não podemos legitimar e perder a nossa capacidade de espanto diante dessas estatísticas.

Em nenhuma câmara de vereadores, em nosso estado, há a prevalência de mulheres na composição. Em quase 100% das câmaras municipais, nós temos menos de 50% de mulheres participando. E, em boa parte delas, não há nenhuma mulher nas representações.

Chamo a atenção também e parabenizo a atitude do Tribunal Superior Eleitoral, porque tem chamado os partidos para fazer a garantia, para dialogar sobre a necessidade de garantir as cotas de mulheres, combater as candidaturas laranjas, mas também combater o estelionato racial.

Surgiu, agora, essa figura, também, de deformação da nossa democracia com a possibilidade de fundos eleitorais para candidaturas negras que, somada aos fundos eleitorais de candidaturas femininas, dá, à mulher negra, a condição de participação com mais musculatura, mais densidade e com estrutura financeira.

Surgiram, agora, também, aquelas pessoas que sempre se declaravam brancas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) nas fichas de registro das candidaturas e, agora, passaram a se declarar negras ou pardas para acessar o fundo eleitoral. Isso não nos ajuda. Isso não é bom para a democracia brasileira.

Nós temos de combater esse tipo de artifício, porque isso falseia os dados sobre as candidaturas e, ao mesmo tempo, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) subtrai os recursos que deveriam ser aportados em candidaturas, verdadeiramente, de pessoas negras para combatermos a sub-representação, meu querido presidente Zé Raimundo.

Portanto, ficam o nosso registro e o nosso chamamento público ao respeito à legislação eleitoral para não haver candidaturas de mulheres que sejam candidaturas laranjas e muito menos essa subversão em relação ao critério que a gente conquistou com tanta luta.

Eu quero destacar, mais uma vez, o agradecimento à nossa grande deputada federal Benedita da Silva, pois foi ela quem encampou este movimento que nós realizamos no Brasil e transformou numa provocação ao Tribunal Superior Eleitoral, transformando numa legislação específica, que garantiu, portanto, os recursos e as cotas para pessoas negras, candidaturas negras, na distribuição do fundo eleitoral.

Ficam o nosso registro e os votos de sucesso para todas as mulheres candidatas, todas as pessoas negras que vão fazer a próxima disputa, sobretudo, aquelas e aqueles que saem, para a luta, vestidas e vestidos com a bandeira da democracia e do avanço de direitos na Bahia e em todo o Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputada Olívia Santana. V. Ex.^a é escritora e acompanhará ainda a bienal esses dias. Não é isso, Olívia? Estarei lá, amanhã, também.

Quero mandar um abraço para os organizadores, para o Studio Palma, para a professora Ester Figueiredo, uma das organizadoras e promotoras.

Parabenizo, também a ALBA. Amanhã pela manhã, a ALBA estará lá, no box do Studio Palma, distribuindo kits de livros para os alunos, para as escolas públicas, Olívia. Se V. Ex.^a puder se fazer presente, será um privilégio contarmos com, além da deputada, a militante, a escritora.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido o próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, o deputado Robinho, para utilizar o tempo de até 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, amigos e boa tarde, meu presidente José Raimundo.

Ô, Zé, quando eu assumi o primeiro mandato de deputado, aqui, eu busquei criar, nesta Casa, a Frente Parlamentar Municipalista. Quando eu direciono a você que está presidente, hoje, da Assembleia, eu falo de municipalismo, porque eu sei que você foi prefeito e fez um excelente trabalho. Você tem uma simpatia muito grande pela causa municipalista.

Eu quero falar sobre a Lei nº 14.784/2023. Trata-se da desoneração da folha de pagamento. A lei da desoneração da folha de pagamento foi criada e foi votada pela maioria dos membros do Senado e da Câmara dos Deputados.

Mas a desoneração da folha já existe para 17 setores, os setores que mais empregam no Brasil, desde 2011. E está provado que a desoneração da folha, ela cria mais recursos para o governo, pois ela aumentou, em 19%, nesses setores, a oferta de emprego.

E, aí, o governo federal judicializou ao entrar com uma ação judicial. Por coincidência, essa ação foi parar na mão do ex-advogado particular do presidente “Lule” e, hoje, ministro Zanin. Esse, sem pensar, deu uma liminar, uma liminar derrubando a lei votada por maioria absoluta, derrubado o veto do presidente, votada pelo Senado. Inclusive, essa é uma lei que tem como relator o senador baiano Angelo Coronel. De repente, o Fux pediu vista quando estava em julgamento. Fux pediu vista.

E, aí, eu queria dizer aos prefeitos da Bahia, aos prefeitos do Brasil, que mais de 3 mil prefeitos sofrerão com essa intervenção judicial, um ato antidemocrático que não respeita a constituinte, não respeita o poder soberano de aprovar a lei que os deputados têm. Através de uma canetada monocrática, o Zanin derruba um projeto de lei votado pela ampla maioria dos deputados federais e dos senadores.

Isso teve a análise da viabilidade econômica, foi provada, até porque não é uma coisa nova, a desoneração da folha já existia desde 2011, como eu falei. O senador Coronel incluiu, além dos 17 setores dentro da desoneração da folha, as prefeituras com população inferior a 132.633 pessoas, prefeituras de médio e pequeno porte. São mais de 3 mil prefeituras beneficiadas. Isso foi a única coisa que aumentou.

Isso pode acarretar uma série de desempregos, mas o governo federal, com a sua sede de impostos e mais impostos, não tem de estar preocupado com isso, afinal de contas nós estamos há 3 meses com recordes e mais recordes sobre o crescimento de impostos no país. Um governo que deveria diminuir seus gastos agora está querendo mais impostos.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Eu queria dizer, principalmente para os prefeitos baianos: “Prefeitos, olhem o que o governo está fazendo com vocês, porque vocês, prefeitos, sabem do significado, da importância dessa lei diretamente para a economia, para a condição administrativa das prefeituras do Brasil e da Bahia, como eu estou falando aqui.”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A gente pode ver a qualquer momento os prefeitos começarem a choramingar, porque em vez de 22%, que pagavam, passaram a pagar 8% e agora terão de voltar a pagar 22% de imposto previdenciário sobre seus funcionários.

Um abraço. E esses prefeitos, que vocês possam analisar o governo que vocês estão tendo.

Um abraço, prefeitos. Um abraço, baianos. Um abraço, Brasil.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Robinho. V. Ex.^a traz um tema extremamente sensível e importante para a organização da nossa

Federação, União, estados e municípios e, evidentemente, para a forma de compartilhamento dos nossos recursos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre líder Alan Sanches, para utilizar o tempo do Pequeno Expediente e o tempo necessário para que ele possa concluir as suas considerações.

O Sr. ALAN SANCHES: Obrigado, deputado presidente Zé Raimundo.

Sr. Presidente, deputados que estão presentes, demais pessoas que nos acompanham. Sexta-feira e sábado eu falei sobre um tema e queria repercuti-lo aqui, o estado de completo abandono da Ceasa. A grande Ceasa que a gente sempre fala, perto da CIA-Aeroporto, naquela estrada, onde há um comércio gigantesco. O estado de abandono, o estado insalubre, a infraestrutura completamente inadequada, isso é dito pelos próprios permissionários, pelas pessoas que a utilizam para fazer um repasse, uma nova venda. Mas quem é o responsável pela Ceasa? Justamente o governo do estado, da mesma forma que é responsável pela Feira de São Joaquim, onde já se gastou mais de R\$ 40 milhões. Que se gaste mais.

Mas, amigos e amigas, permitir que a Ceasa – ou o Ceasa, como alguns também chamam e é o correto – fique daquele jeito, num completo abandono, com telhado quebrado, com buracos, com fios pelo chão! As pessoas podendo ter, inclusive, algum tipo de lesão em seu próprio corpo. Isso significa o quê? Que o governo do estado não liga para isso. Ele precisa que a Oposição, mais uma vez, venha chamar a atenção aqui, venha replicar o estado de calamidade em que se encontra a Ceasa, para que o governo do estado desperte.

Gente, não é falta de dinheiro, não é isso, de forma nenhuma. É, mais uma vez, falta de planejamento do governo do estado. São anos e anos que o PT administra o estado da Bahia. São 18 anos e é por isso que a população necessita começar a fazer uma reavaliação. Quando as pessoas ficam tanto tempo no poder, começam de uma forma muito natural a ficarem relaxadas. Porque acreditam que é esse governo relaxado... foi nesse governo do PT que as pessoas votaram mais uma vez, um governo relaxado, como a gente está trazendo aqui.

Eu acho, senhoras e senhores, amigos e amigas, que falta gestão. Falta gestão na saúde. Falta gestão na segurança pública. Coisas tão simples diante de um equipamento tão importante para o estado da Bahia e que faz a economia girar. Enquanto a gente esteve no momento da pandemia, as frutas, verduras, cereais, tudo isso vinha daquele local para a mesa de todos nós.

Para o governo do estado, simplesmente, é como se aquilo não existisse, tanto que a responsabilidade da Ceasa já mudou para diversas secretarias. Agora, parece-me que está na Fundação Luís Eduardo Magalhães (Flem). Mas imaginem que a Flem está responsável, essa fundação tem realmente recursos para administrar a Ceasa? Claro que não. Eu acho que pode se botar qualquer um para ficar responsável, mas que se dê condições para isso. Eu não quero penalizar “a”, “b” ou “c.” Quem tem de ser penalizado não é a população, não são os permissionários,

quem tem de ser penalizado é o governo do estado, que não faz o seu dever de casa. Isso não está longe do palácio do governo, não. Não está longe do Centro Administrativo da Bahia. É muito perto, mas está em um total e degradante estado de abandono pelo governo do estado.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Agora, eu digo a vocês que é um descaso realmente perverso. É perverso, sim. Porque, amigos, amigas, o que nós estamos vendo, o que o governo do estado tem feito, o que está acontecendo na Ceasa é de uma maldade muito grande não só com os permissionários, não só com os vendedores, não só com as pessoas que utilizam a Ceasa, mas com todos nós, baianos.

Obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tem mais algum deputado presente? Eu concedo a palavra ao deputado Hilton Coelho para utilizar o Pequeno Expediente pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente. Eu só queria, após a fala do deputado Hilton Coelho, que V. Ex.^a contabilizasse que não há mais sentido ficarmos aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Alan Sanches: Ah, V. Ex.^a vai utilizar a palavra também?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Vou utilizar a palavra logo em seguida.

O Sr. Alan Sanches: Depois de V. Ex.^a a gente derrubaria a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, nobre líder Alan Sanches. Encaminhada a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, ocupo esta tribuna para falar de educação. Nós estivemos na assembleia da rede estadual que deliberou pelo processo de paralisação que está em curso, isso aconteceu no final da semana passada, uma assembleia lotada, no Clube Fantoches da Euterpe. Hoje e amanhã, nós temos paralisação da rede estadual, que vai fazer uma assembleia para deliberar sobre a continuidade ou não do movimento.

Isso está acontecendo, porque existe um questionamento da categoria em relação ao pagamento do piso para o conjunto da categoria. Considerando a quantidade gigantesca de aposentados e de aposentadas, deputado Robinho, que hoje estão recebendo muito abaixo do piso. Eles não são contemplados, assim como determinada faixa ativa da categoria que também não recebe por estar nos níveis um e dois.

Além disso, existe a questão do desrespeito à própria carreira, porque a aplicação do piso está relacionada à carreira da educação na Bahia. O Estatuto do

Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia vem sendo simplesmente rasgado pelos diversos governos no transcorrer dos anos. Infelizmente, a gente não percebe um posicionamento diferenciado. Não posso esquecer do meu cordão da resistência, principalmente para falar desse tema. (Risos)

Esse posicionamento do governo do estado, ao nosso ver, é completamente injustificável. Nós queremos uma mesa de negociação séria, que tenha o piso como a referência porque o piso é o salário mínimo da educação. Se isso não acontece, fica muito difícil desviar a rota da Bahia desse verdadeiro caos do ponto de vista social, ainda que seja esse estado que produz tanta riqueza, a sexta economia do país, mas nós temos o pior índice de desenvolvimento da educação básica do país hoje. Isso se deve também a uma falta de diálogo com a categoria, uma falta de diálogo do ponto de vista pedagógico, uma falta de diálogo sobre as condições materiais de funcionamento das nossas escolas.

Então, a situação da climatização hoje é um problema muito grave, deputado Arimateia. Nós não vemos resposta por parte do governo do estado, que divulga as novas escolas, grandes aparelhos – aplausos para o governo do estado do ponto de vista da formação e da fundação dessas novas escolas –, mas nós precisamos que essas condições materiais sejam generalizadas no estado da Bahia e não exceções. Particularmente, nós precisamos contar com escolas que sejam ocupadas por profissionais que tenham sua dignidade profissional respeitada, além de respeitar, obviamente, nossas aposentadas e nossos aposentados que não podem se transformar em verdadeiros símbolos da agressividade do governo em relação à trajetória deles enquanto profissionais aos quais nós tudo devemos. Infelizmente, o governo do estado praticamente nada retorna, só tem retornado frustração, só tem retornado desrespeito e esse trajeto precisa terminar.

Por fim, Sr. Presidente, nós não entendemos por que ainda não chegou nessa Casa o PL dos precatórios do Fundef. Esse foi um questionamento feito na Assembleia. O dinheiro já está na conta do governo e a nossa posição é que o governo deixe de sonegar o que é de direito das professoras e dos professores. Portanto, paguem com juros de mora, mas, independentemente de qualquer coisa, o dinheiro já está na conta e o que a gente está vendo é uma categoria hoje assediada para que bancos privados tenham lucro, consigam fazer lucro com especulação do recurso dessa categoria. Os bancos estão assediando especialmente os aposentados que estão numa situação de desespero, do ponto de vista da sua sobrevivência, para que esses aposentados vendam o seu direito a receber os precatórios.

Isso não pode...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) continuar acontecendo.

Portanto, o governo tem de mandar logo esse PL para a Assembleia Legislativa para que rapidamente a gente vote e consiga dar um retomo a essa categoria, que deveria ser uma categoria extremamente respeitada e valorizada, mas que tem sofrido muito com a trajetória da política dos diversos governos para a nossa área de educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente e a todos e todas que acompanharam esse pronunciamento.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(O deputado Robinho assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Robinho): Inclusive, deputado Hilton, o próprio governador já anunciou que os recursos estão em contas. Esperamos que isso venha para a Assembleia o mais rápido possível para que os deputados possam exercer sua função.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Robinho): Continuando o Pequeno Expediente, com a palavra, o nosso deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero agradecer a presença da *TV ALBA* e dos demais da imprensa.

Eu venho esta tarde nesta tribuna, Sr. Presidente, para trazer um assunto de suma importância com respeito ao PLC nº 154/2023, da Defensoria Pública, Sr. Presidente. Todos os senhores, deputados e cidadãos, sabem que os defensores públicos (lê) “são esses profissionais incansáveis que garantem o acesso à Justiça para os mais vulneráveis em nossa sociedade, que atuam diariamente em prol daqueles que não têm condições de arcar com um advogado, assegurando que seus direitos sejam respeitados e que a justiça seja alcançada.”

Na semana passada, Sr. Presidente, eu recebi no meu gabinete um grupo de defensores públicos do estado da Bahia e eles deixaram conosco uma pauta dos dez motivos para que se aprove o PLC nº 154/2023, os quais não vou ler na íntegra agora porque não dá tempo.

(Lê) “Os defensores públicos desempenham um papel fundamental na promoção da igualdade e da justiça social, atuando como verdadeiros defensores dos direitos humanos. Em um estado como a Bahia, marcado por desigualdades sociais e econômicas, seu trabalho é ainda mais crucial. São eles que dão voz aos que muitas vezes são silenciados.

Portanto, é nosso dever reconhecer e valorizar o trabalho desses profissionais dedicados, que atuam com dedicação e comprometimento em prol do bem-estar de nossa sociedade.

Em nome da justiça e da igualdade, conclamo a todos os presentes a apoiar e valorizar os defensores públicos do estado da Bahia, reconhecendo o papel crucial que desempenham na construção de uma sociedade mais justa e solidária.”

Já que hoje nós estamos com o Plenário quase vazio, eu gostaria de dizer para os senhores deputados que amanhã eu vou voltar com esse tema. Por que, Sr. Presidente? Porque é do nosso conhecimento que o governo do estado está mandando para esta Casa mais um empréstimo de mais de R\$ 2 bilhões, segundo o que me passaram. Com esse empréstimo, do ano passado para cá, já se vão mais de

R\$ 6 bilhões que o governo do estado manda e esta Casa está assinando um cheque em branco.

Eu estou falando isso porque é inadmissível que esse PLC que já vem se arrastando nesta Casa desde o ano passado e que, inclusive, já estava na pauta para votação e foi retirado de pauta para que se fizesse alguns ajustes. Esses ajustes já foram feitos, mas até agora não está pautado ainda nesta Casa o PLC nº 154/2023 da Defensoria Pública.

Então, Srs. Deputados, vocês sabem da importância da Defensoria Pública nos seus municípios. Todos os deputados sabem da dificuldade que as pessoas têm...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de constituir um advogado. E quem tem socorrido os menos favorecidos é a Defensoria Pública.

Por isso, eu peço aqui, amanhã voltarei com esse tema, apresentando os dez motivos para aprovar o PLC nº 154/2023 em defesa da população da Bahia, em defesa daqueles menos favorecidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Robinho): Continuando o Pequeno Expediente, com a palavra, por 5 minutos, o grande municipalista professor Zé Raimundo Fontes, que, com certeza, vai defender os prefeitos de toda a Bahia e de todo o Brasil.

Com a palavra o professor Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Obrigado, prezado Robinho, deputado atuante em todo o Sul da Bahia, que, neste momento, preside a nossa sessão. Eu quero saudar e cumprimentar os que nos assistem pela *TV Assembleia*, pelas redes sociais, os presentes nesta sessão.

Prezado presidente Robinho, eu quero, em primeiro lugar, parabenizar o nosso governador Jerônimo Rodrigues, a direção da Coopmac, que é a Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense, nas pessoas do seu presidente, Isaac Figueira, e de Dr. Cesar Neri, que recepcionaram o governador na última quinta-feira.

Lá, estivemos presentes com o nosso deputado federal Waldenor Pereira em um evento no qual o governo, junto com a direção da Coopmac, apresentou a programação da Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial de Vitória da Conquista, que há 5 anos não vinha sendo realizada e agora, com o apoio do governador Jerônimo Rodrigues, com o apoio importantíssimo de uma emenda parlamentar do nosso querido companheiro Waldenor Pereira, meio milhão de reais para poder fortalecer aquele evento...

Também disponibilizei, autorizei o governo, se precisar, poderá usar as nossas emendas, as nossas dotações, para fortalecer a agricultura familiar.

Quero deixar um abraço para todos os expositores, os prefeitos da região, que lá estiveram num grande ato. E, mais uma vez, ficou demonstrado como o processo

social e político é fundamental no Brasil, essa articulação entre os governos, entre os entes federativos, o município, o estado e a União.

No caso da nossa 53ª exposição, vai ser decisiva a participação da estrutura do nosso estado, a CAR, por meio do diretor-presidente, Jeandro, do nosso secretário Osni Cardoso e, principalmente, dos expositores. Por isso, eu queria mais uma vez reiterar o nosso apoio e parabenizar o nosso deputado federal Waldenor Pereira.

Quero também, presidente, deixar um grande abraço para os amigos de Iuiú. Lá, eu estive, no último sábado, participando da 18ª Vaquejada de Iuiú, que é uma promoção de vários agentes, mas, sobretudo, tem o grande apoio da maior liderança emergente e política hoje naquela cidade, que é o empresário Robson Bezerra.

Lá, estivemos também e destinamos recursos de nossas emendas parlamentares para apoiar a vaquejada, que hoje faz parte da cultura brasileira, da cultura do povo do interior sobretudo. É um evento que tem atividades econômicas, atividades artísticas, exposição ao lado, tem também pequenos negócios, ocupações que ajudam o povo do interior a ter o seu momento de lazer.

Por isso, eu quero deixar um grande abraço para o companheiro Robson Bezerra e, em nome dele, saudar todos os amigos, os nossos vereadores, os nossos apoiadores lá de Iuiú.

Sr. Presidente, que neste momento é Robinho, que, de certa maneira, me concitou, me instigou para que eu falasse um pouco sobre o municipalismo, é fundamental realmente que o Brasil reorganize a sua estrutura fiscal. Hoje o mundo inteiro debate como construir uma sociedade mais justa, igualitária, mais igual, porque assistimos, nos últimos 40, 50 anos, ao aumento gigantesco da pobreza e das desigualdades no mundo inteiro.

Há um grande pesquisador, economista, Thomas Piketty, de origem francesa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mas que tem uma influência grande hoje no mundo inteiro, inclusive no MIT, em várias universidades na Inglaterra, nos Estados Unidos, ele constituiu um grupo, uma rede de pesquisadores no mundo inteiro, e levantou como, nos últimos 300 anos, foram produzidas as riquezas e como essas riquezas foram distribuídas. E a constatação é estatística, matemática...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Nos últimos 40 anos, a partir dos anos 70, houve uma intensa concentração de renda e diminuiu. Durante 1 século, nós combatemos as desigualdades, no final do século XIX, mesmo com as guerras, e foram as políticas sociais conduzidas pelos partidos de esquerda, pelos partidos de centro-esquerda na Europa que conseguiram legislações e políticas como o New Deal, nos Estados Unidos, que permitiu um Estado forte, um Estado distribuidor de renda, um Estado que fortaleceu o bem-estar social.

Nos últimos 40, 50 anos, foi desmontada essa estrutura social no mundo inteiro, e a concentração de renda voltou. E o que nós estamos... Para concluir aqui,

Sr. Presidente, me permita só alguns minutos finais. Para nós reconstituirmos o Brasil, reconstruirmos o Brasil, é preciso um novo pacto.

Claro que, como municipalista, acho fundamental que os municípios, sobretudo os pequenos municípios, tenham mais recursos porque também, ao longo dos últimos 30, 40 anos, as políticas sociais, os programas foram atribuídos aos municípios, e não houve uma contrapartida mais igualitária com relação aos recursos repassados aos entes municipais para eles financiarem essas políticas todas.

Neste momento em que nós estamos debatendo a reforma tributária no Brasil, é preciso que a sociedade brasileira enxergue o que nós queremos fazer com os fundos públicos. Nós queremos desonerar qualquer que seja o setor? Não, e tem razão, os estudos estão mostrando que alguns setores são intensivos na utilização de mão de obra, mas há outros setores que você desonera, mas não gera...

Então, é preciso um debate público, claro, porque a gente não pode continuar com um país muito desigual, e o Brasil é campeão das desigualdades sociais e tributárias. Por isso, este debate é muito bom. V. Ex.^a está de parabéns por trazer esse tema aqui. Lembro que, agora mesmo, nessa reforma que já foi feita, havia cerca de 2.500 pessoas com, mais ou menos, um investimento de quase R\$ 1 bilhão que não pagavam impostos. Não pagavam impostos essas 2.500 pessoas. Na verdade, é um fundo que aplica esse recurso e esse fundo não pagava impostos. Mas o Haddad foi lá e já deu uma beliscadinha e já vai passar um pouco para cá.

Então, o agronegócio é um debate do qual nós precisamos, sim. Nós somos defensores da agricultura intensiva. Nós precisamos fabricar, produzir tecnologias novas, mas nós sabemos que o agronegócio paga muito pouco imposto e que, às vezes, o empresário rural de pequeno porte paga mais imposto. Então, a sociedade precisa saber como se produz a riqueza e como ela é distribuída, senão nós não teremos um futuro para este país.

Para concluir, com a sua tolerância, presidente.

Um empresário, um empreendedor, seja ele industrial, rural ou comercial, que não quer um país com um mercado interno forte não tem uma visão estratégica de empresariado, porque o que gera a riqueza é o comércio, é a realização da produção. Quanto mais consumidores tivermos melhor para o empresariado. Às vezes o empresariado... Como fizeram com a Dilma. A Dilma havia desonerado quase R\$ 500 bilhões, no entanto, aqueles empresários beneficiados foram lá e assinaram o *impeachment* da Dilma. Agora, estão de volta. Queixaram-se dos 6 anos com dois governos desastrosos que eles tiveram e agora estão se aproximando de novo do Lula, do PT, dos partidos de centro, procurando um contato. Corretamente, porque se eles não aderirem ao projeto nacional eles vão sobrar na história. A China está aí produzindo, assim como os Estados Unidos, a Índia também está chegando com muita força, com muita tecnologia. E é preciso um pacto nacional. E V. Ex.^a tem razão, os municípios precisam de mais recursos, mas é preciso também dizer de onde virão esses recursos para financiar as políticas sociais.

Por fim, Sr. Presidente, com mais 2 minutos de tolerância de V. Ex.^a, até porque eu estou sentindo que os colegas estão sinalizando para mim que eu posso

continuar falando, quarta-feira, 1º de maio, será um dia em que a gente precisa pensar também no trabalho. Todos que vivem de trabalho precisam ter sua dignidade. Estamos vivendo um momento de também desregulação do trabalho, a chamada uberização, ou seja, a precarização, a forma de trabalho precário. É preciso, então, que a sociedade brasileira, toda ela unida, responda que é necessário valorizar o trabalho na zona rural, na zona urbana, nas periferias, enfim, para a gente ter uma sociedade mais irmanada, uma sociedade mais justa. O melhor dos mundos para o empresariado é uma sociedade sem muitos conflitos. Uma sociedade conflituosa acaba respingando também na lucratividade do empresariado.

Viva a democracia! Viva o 1º de maio! Viva este Parlamento, que deve estar ao lado da democracia.

Muito obrigado, presidente. Desculpe-me por ter ocupado um tempo maior, mas eu senti que, realmente, os colegas aqui sinalizaram para que eu pudesse falar e, com sua tolerância, eu ocupei este espaço.

Muito obrigado e boa tarde a todos e a todas que nos assistem pela *TV Assembleia*.

O Sr. PRESIDENTE (Robinho): Essas foram as sábias palavras do nosso professor Zé Raimundo, eterno municipalista, prefeito da grande Vitória da Conquista e presidente desta Casa em exercício.

Eu fico feliz que V. Ex.^a, em sua incorporação do municipalismo e a desoneração da folha, e depois de amanhã será o Dia do Trabalhador, disse que a desoneração proporcionou ao Brasil 17% de novas oportunidades de trabalho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Robinho): Então, concluindo o nosso tempo, como não há mais nenhum orador para o Pequeno Expediente, encerramos, assim, esta sessão.

Um abraço a todos e que Deus nos abençoe.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Cláudia Oliveira, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Ivana Bastos, Ludmilla Fiscina, Marcelino Galo, Marcinho Oliveira, Marquinho Viana, Patrick Lopes, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosenberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Vitor Bonfim e Zó. (18)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.